



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 6541/2013

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.30.005.000335/2013-16

ORIGEM: PRM-NITERÓI/RJ

PROCURADOR OFICIANTE: JOSÉ MAURÍCIO GONÇALVES

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

MATÉRIA: Peças de Informação. Suposto crime de estelionato mediante a obtenção fraudulenta de empréstimo consignado em nome de beneficiário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Representantes de associações nacionais de servidores públicos federais teriam, em tese, se aproveitado do estado de fragilidade emocional e de saúde de beneficiário do Instituto Nacional do Seguro Social, colhendo sua assinatura em autorizações para descontos mensais direto de sua aposentadoria. Revisão de declínio (Enunciado nº 33 – 2ª CCR). Respectivas associações de servidores federais dotadas de personalidade jurídica de direito privado. Prejuízo suportado unicamente por particular. Inexistência de lesão à União ou a qualquer de suas entidades. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da Constituição Federal.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, **HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO**, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo membro do *Parquet* oficiante, às fls. 31/32.

Devolvam-se os autos à origem com nossas homenagens, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília, 26 de agosto de 2013.

José Bonifácio Borges de Andrada

Subprocurador-Geral da República

Membro Titular – 2ª CCR /APR.